

A. I. N° - 269112.0049/05-0
AUTUADO - CELINA FIUSA BARRETO
AUTUANTE - ADRIANO TOSTO DOS SANTOS SILVA
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 22/06/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0207-03/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente ao valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 27/01/05, para exigir a multa no valor de R\$690,00 em decorrência da constatação de que o contribuinte foi identificado “realizando operações sem a emissão de documentação fiscal correspondente”, conforme o Termo de Ocorrência acostado à fl. 12 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 23), alegando que não procede o lançamento “pelo fato da empresa no mês de Dezembro/2004, ter feito os parcelamentos dos débitos que tinham em aberto com a matriz e filial, inclusive o débito está sendo feito em conta e está rigorosamente em dia”. Por fim, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fls. 31 e 32) afirma que a autuação decorreu da Denúncia nº 7.125/05, na qual o denunciante informou que efetuou consumo no estabelecimento do contribuinte e, ao solicitar o documento fiscal, lhe foi entregue uma nota de conferência.

Prossegue dizendo que, em diligência realizada em 14/01/05, às 15 horas, no estabelecimento autuado, foi verificado que ele estava realizando vendas de refeições sem a devida emissão de nota ou cupom fiscal, conforme o Termo de Ocorrência lavrado, infringindo o disposto no artigo 142, inciso VII, do RICMS/97.

Quanto à peça defensiva, aduz que o fato de a empresa estar pagando os parcelamentos em dia não lhe dá o direito de descumprir as obrigações acessórias, tais como emitir o documento fiscal nas vendas de refeições.

Ressalta que o autuado em momento algum contestou a irregularidade apontada e, por isso, pede a procedência do lançamento.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir multa em decorrência da constatação de que o contribuinte estava “realizando operações sem a emissão de documentação fiscal correspondente”.

O autuado apresentou defesa, alegando que não procede o lançamento “pelo fato da empresa no mês de Dezembro/2004, ter feito os parcelamentos dos débitos que tinham em aberto com a matriz e filial, inclusive o débito está sendo feito em conta e está rigorosamente em dia”.

O autuante, em sua informação fiscal (fls. 31 e 32) afirmou que a autuação decorreu da Denúncia nº 7.125/05, na qual o denunciante informou que efetuou consumo no estabelecimento do contribuinte e, ao solicitar o documento fiscal, lhe foi entregue uma nota de conferência e que, em diligência realizada no estabelecimento do autuado, no dia 14/01/05, verificou que ele estava realizando vendas de refeições sem a devida emissão de nota ou cupom fiscal, conforme o Termo de Ocorrência lavrado (fl. 12), infringindo o disposto no artigo 142, inciso VII, do RICMS/97.

Efetivamente, consta no Termo de Ocorrência, juntado à fl. 12, que o contribuinte foi encontrado fornecendo refeições sem a emissão de nota fiscal, visto não possuí-las, já que se encontrava com a sua inscrição cancelada.

O autuado, em nenhum momento, contestou a irregularidade apontada na autuação e, dessa forma, deve ser aplicada a regra do artigo 140, do RPAF/99: “O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas”.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269112.0049/05-0**, lavrado contra **CELINA FIUSA BERRETO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de junho de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA- PRESIDENTE/RELATORA

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR